

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE DIREITO

VIVIANE AMARAL GURGEL

O ACORDO SOBRE ASPECTOS DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE  
INTELLECTUAL, RELACIONADOS AO COMÉRCIO (TRIPS) E A  
CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CBD):  
PARADOXOS, COMPATIBILIDADES E DESAFIOS, SOB A  
PERSPECTIVA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

SÃO PAULO  
2009

## RESUMO

Esta dissertação tem por escopo estudar a interface do “Acordo TRIPS” com o a Convenção sobre Diversidade Biológica, sob a perspectiva dos países em desenvolvimento. Para tanto, resgata a construção epistemológica Ocidental do conhecimento, direito, propriedade intelectual e desenvolvimento. Esta base teórica constituída é questionada pela “CDB”, que apresenta direitos relativos ao acesso de recursos genéticos e / ou conhecimento tradicional que subvertem a ordem estabelecida de geração do conhecimento e acumulação econômica. Tal subversão é parte integrante de movimento maior que questiona o próprio modelo de desenvolvimento e a relação Norte e Sul. Esta pesquisa contextualiza a estruturação legal e organizacional do tema e revisa as contribuições de autores que estudam este, sistematizando-as. Com este arcabouço, ela levanta hipóteses e reflete sobre as respostas destas, identificando paradoxos, compatibilidades e desafios. Apresenta (ndo) –se, por fim, uma análise da governança institucional deste tema, através de uma nova configuração cognitiva e legal do mesmo.

Palavras-Chave: “Acordo TRIPS”, “CDB”, “Propriedade Intelectual”, “Recursos Genéticos”, “Conhecimento Tradicional Associado”.

## **ABSTRACT**

This MA dissertation aims at studying the interface of the 'TRIPS Agreement' with the 'Convention on the Biological Diversity', under the view of the developing countries.

As such, it ransoms the epistemologic building of the Occidental knowledge, as well as the rights, intellectual property and development. This theoretical basis is questioned by 'CDB', which presents rights related to the access of genetic resources/ and the traditional knowledge, which subvert the established order of knowledge generation and economic accumulation. Such subversion is part of a larger movement that questions its own development model and the North/ South relation. This research contextualizes the legal orgazing structuralization of the theme and revises the contributions of authors that study it, systematizing them. With this backbone, it rises hypotheses and thinks of these hypotheses, identifying paradoxes, compatibilities and challenges. It finally presents an analysis of the institutional governing of this theme, via a new cognitive and legal configuration of the same.

Key words: 'TRIPS Agreement', 'Intellectual Property', 'Genetic Resources', 'Associated Traditional Knowledge'.

## ÍNDICE

Epígrafe .....	4
Agradecimentos .....	5
Resumo .....	6
Abstract .....	7
Introdução .....	10
1ª Parte – Qual a raiz do problema? .....	12
1º Capítulo – Os pilares da propriedade intelectual .....	14
1.1 O conhecimento e a formação da tradição jurídica ocidental .....	15
1.2 O desenvolvimento sob o paradigma do crescimento econômico .....	25
2º. Capítulo – O “Acordo TRIPS” e a “CDB” .....	38
2.1 A “CDB” diante do art. 27, 3b do “Acordo TRIPS” .....	40
2.2 O Grupo Intergovernamental.....	48
2.3 Do Guia de <i>Bonn</i> ao Regime Internacional do “ABS” .....	51
2ª Parte – Como pensar a propriedade intelectual para os países em desenvolvimento? .....	55
3º Capítulo – Conhecimento como bem público ou privado? .....	60
3.1 Contribuições teóricas ao debate .....	61
3.1.1 Contribuição de Dutfield – Conflitos e Controvérsias da CBD .....	63
3.1.2 Nuno Pires de Carvalho – Sistema <i>Sui Generis</i> .....	72
3.2 Proteção defensiva, positiva e estratégias .....	74
4º. Capítulo – Quais os paradoxos, compatibilidades e desafios?.....	80
4.1 Hipóteses de Pesquisa.....	82
4.2 A convivência de dois Regimes Internacionais.....	83
3ª. Parte – Qual a governança possível do tema?.....	85

5°. Capítulo – Reflexões sobre as hipóteses.....	91
5.1 Reflexão sobre os paradoxos, compatibilidades e desafios.....	93
5.2 O diálogo do direito com a economia institucional.....	101
6°. Capítulo – Considerações Finais.....	106
Bibliografia.....	108
Siglas e Abreviaturas.....	122

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da complexa relação entre a propriedade intelectual e as patentes envolvendo recursos genéticos e / ou o conhecimento tradicional associado (na) à esfera do direito internacional (e na), sob a perspectiva dos países em desenvolvimento. (Era isso o que vc queria dizer?) Para tanto, a análise recai sobre as contribuições teóricas que refletem o conflito de aplicação na Convenção sobre a “Diversidade Biológica (CDB) de 1992”, bem como (e) o “Acordo sobre Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual, Relacionados ao Comércio (ADPIC) de 1994”, comumente conhecido como “Acordo TRIPS”.

Para tanto, o presente estudo se divide em três partes e seis capítulos. A primeira parte, em caráter de revisão teórica histórica, contextualiza a problemática. Reflete sobre o direito e a propriedade intelectual no primeiro capítulo e analisa(ndo) o conhecimento em conexão com o desenvolvimento. No segundo capítulo, demonstra-se o *status* jurídico da discussão internacional do tema sob a perspectiva da Organização Mundial de Propriedade Intelectual e da Secretaria da Convenção sobre Diversidade Biológica. Esta parte objetiva evidenciar a estruturação institucional através dos documentos mais relevantes das duas organizações internacionais mencionadas.

A segunda parte se destina a indagar qual seria o conceito de propriedade intelectual para os países em desenvolvimento junto ao tema aqui tratado. No terceiro capítulo, discute-se a contribuição de autores contemporâneos sobre este tema. As hipóteses desta pesquisa são apresentadas no quarto capítulo. A terceira parte deste estudo procura elucidar a possível governança do tema. Já no quinto capítulo, aprofunda-se a reflexão sobre as hipóteses levantadas e a modalidade de governança do tema. Na quarta e última parte da dissertação realizam-se os comentários finais.

O método de pesquisa adotado neste estudo reflete a revisão teórica baseada na corrente teórica institucionalista histórica e também naquelas destinadas a discutir novos modelos de desenvolvimento. Com este fundamento, se formulam hipóteses e reflexões fundadas na observação analítica de documentos produzidos pelas organizações que

tutelam este tema de forma majoritária (CDB e a OMPI), assim como se analisam (e) as contribuições de autores contemporâneos que compilaram vários *cases* sobre o assunto.

## 6º. CAPÍTULO – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que a relação hierárquica e assimétrica dos conhecimentos, produz um desenvolvimento com concepção linear baseado na ciência Ocidental na qual se insere a jurídica. Desta forma, há uma dificuldade epistemológica de integrar os conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos a propriedade intelectual, por exemplo. Sem esta inclusão é gerada com a aplicação convencional da propriedade intelectual distorções como ocorrem no processo produtivo que não contempla a variável ambiental e cultural. Principalmente a diversidade dela e situada em países em desenvolvimento.

Tanto a cultura, como o meio ambiente ainda estão à margem da construção conceitual do direito e da economia, que compõe de forma imbricada as instituições e modelam o desenvolvimento. Para que o conceito de propriedade intelectual do Acordo TRIPS seja aplicado a CDB, há a necessidade de uma nova conceituação deste instituto de forma a contemplar os recursos genéticos e ou conhecimentos tradicionais associados. A mera adoção de um sistema *sui generis* se vincula como uma extensão conceitual fraca, que não corresponde ao reconhecimento de outros saberes.

Tal constatação leva a um repensar do instituto de propriedade intelectual inserido este numa reflexão de paradigmas muito maior que engloba conhecimento, ciência e o modelo de desenvolvimento. A propriedade intelectual frente aos recursos genéticos e ou conhecimento tradicional associado demanda mais que um sistema *sui generis*. E assim se insere em temas que são os paradoxos epistemológicos do período de transição paradigmática atual.

O presente estudo focou também o que pode ser efetivado no momento atual de transição. Ficando nesta classificação um *sistema sui generis* conceitual, atendendo precariamente no formato conceitual, mas conseguindo a eficácia possível. Neste sentido se alinham os modelos apresentados como compatíveis sua aplicação frente ao Acordo TRIPS.



A propriedade intelectual está à frente de empreitada conceitual epistemológica grandiosa, mas está inserida numa esfera macro de forma subordinada a própria rediscussão do conhecimento e a ciência. Contudo, diante das compatibilidades e desafios traçados por esta dissertação a propriedade intelectual pode exercer enquanto disciplina papel de protagonismo vinculando-se cada vez mais ao direito internacional e no caso brasileiro a perspectiva dos países em desenvolvimento.

A cooperação no exercício da efetividade de execução de propostas de compatibilidade da CDB com o Acordo TRIPS, assim como a construção empírica da ação coordenada em um mesmo Sistema de Solução de Controvérsias permiti uma nova valorização da disciplina e demonstrar sua capacidade emancipatória frente a uma nova construção epistemológica da ciência e do direito.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método das ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Diversidade biológica e conhecimento tradicional associado. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2002.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução: Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10ª. edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. Tradução: Sérgio Bath. 5ª. edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ARROW, Kenneth J. Social choice & individual values. 2ª. edição. New Haven and London – England: Yale University Press, 1963.

ARRIGUI, Giovanni. O longo século XX. Tradução: Vera Ribeiro. Revisão: César Benjamin. 5ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Unesp, 2006.

\_\_\_\_\_. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

ASCH, Michael. (edited by). Aboriginal and treaty rights in Canadá: essays on law, equality, and respect for difference. Vancouver: UBC-Press, 2002.

ALXELROD, Robert. The evolution of cooperation. Cambridge-USA: Basicbooks, 2006.

BARBOSA, Denis Borges. Uma introdução à propriedade intelectual. 2ª. ed., ver., e atual. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2003.

\_\_\_\_\_. Propriedade intelectual: a aplicação do acordo TRIPS. 2ª. ed.  
Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2005.

BARBOSA, Denis Borges (org.). Aspectos polêmicos da propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2004.

BASSO, Maristela. O direito internacional da propriedade intelectual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

\_\_\_\_\_. Propriedade intelectual na era pós-OMC. Porto Alegre-RS: Livraria do Advogado, 2005

BELL, Catherine, KAHANE, David. (Edited by). Intercultural dispute resolution in aboriginal contexts. Vancouver - Toronto: UBC Press, 2004.

BERMAN, Harold J. Direito e revolução: a formação da tradição jurídica ocidental. Tradução de Eduardo Takemi Kataoka. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2006.

BIBER-KLEMM, Susan, COTTIER, Thomas. (Edited by). Rights to plant genetic resources and traditional knowledge: basic issues and perspectives. Berne-Switzerland: World Trade Institute - Agency for Development and Cooperation, 2005.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 18ª. edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BURSZTYN, Marcel (org.). Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2001.

CARVALHO, Nuno Pires de. From the shaman's hut to the patent Office: a road under construction. Chapter 18. 241-279 p. MCMANIS, Charles (edited by). *Biodiversity & the law: intellectual property, biotechnology & traditional knowledge*. UK and USA: EARTHSCAN, 2007.

CASTELLS, Manuel. Fim de milênio. v. 3. 4ª. ed. Tradução: Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. O poder da identidade. v. 2. II. 6ª. ed. Tradução: Klaus Brandini Gerhardt. Prefácio: Ruth Correa Leite Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. A sociedade em rede. v. 1. 11ª. ed. Tradução: Roneide Venâncio Majer. Colaboração: Klaus Brandini Gerhardt. Prefácio: Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHANG, Ha-Joon. Institutional change economic development. United Nations University Press; Tokyo - New York - Paris, 2007.

COASE, R. H. La empresa, el mercado y la ley. Madrid: Alianza Economía, 2004.

COLEMAN, J.S. Foundations of Social Theory. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 3ª. ed., ver., e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

CORREA, Carlos M. Traditional knowledge and intellectual property: issues and options surrounding the protection of traditional knowledge. Geneva: Quaker United nation Office, 2001.

COUNCIL OF EUROPE. Human rights in international law: basic texts. 3rd ed. Belgium: Council of Europe Publishing, 2007.

CUÉLLAR, José Pérez de. (org.). Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão

Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Trad. Alessandro Warley Candeas. Campinas – SP: Papirus, Brasília: UNESCO, 1987.

DALY, Herman E. FARLEY, Joshua. Ecological economics: principles and applications. Washington – Covelo – London: Island Press, 2004.

DEL NERO, Patrícia Aurélia. Propriedade intelectual: a tutela jurídica da biotecnologia. 2ª. ed., ver., e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

DUTFIELD, Graham. Intellectual property, biogenetic resources and traditional knowledge. UK and USA, Earthscan, 2004.

DWORKIN, Ronald. O império do direito. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. Revisão Técnica: Gildo Sá Leitão Rios. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 24ª. edição. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

\_\_\_\_\_. O mito do desenvolvimento econômico. 4ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. Criatividade e dependência na civilização industrial. Edição definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GARAY, Irene, BECKER, Bertha K. (orgs.) Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2006.

GIBSON, Johanna. Community resources: intellectual property, international trade and protection of traditional knowledge. UK: University of London, 2005.

GREEN, Jéssica F., CHAMBERS W. Bradnee. (Edited by). The politics of participation in sustainable development governance. Tokyo - New York – Paris: United Nations University Press, 2006.

GURGEL, Viviane Amaral. Aspectos jurídicos da indicação geográfica. 45-58 p.  
LAGES, Vinícius. LAGARES, Lea. BRAGA, Cristiano. (orgs.). *Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios*. Brasília: SEBRAE- Nacional, 2005.

JUMA, Calestous., YEE-CHEONG, Lee. Innovation: applying knowledge in development. UN Millenium Project. London, UK and Sterling, Va.: Earthscan Publishing, 2005.

\_\_\_\_\_. The new age of biodiplomacy. Journal Article. *Georgetown Journal of International Affairs*, volume 6, issue 1, pages 123-132. Winter/Spring, 2005.

HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro. São Paulo: Loyola, 2002.

KATE, Kerry ten, LAIRD, Sarah A. The commercial use of biodiversity: access to genetic resources and benefit-sharing. London - Sterling - VA: Earthscan Publications Ltd, 2002.

KELSEN, Hans. A justiça e o direito natural. Tradução e Prefácio: João Baptista Machado. Lisboa – Portugal: Almedina, 2001.

\_\_\_\_\_. Teoria pura do direito. Tradução: João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. Tradução César Mortari. 8ª. ed. ver. São Paulo: Perspectiva, 2003.

\_\_\_\_\_. O caminho desde a estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista bibliográfica. Tradução César Mortari São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LAIRD, Sarah (edited by). Biodiversity and traditional knowledge: equitable partnerships in practice. London - Sterling - VA: Earthscan Publications Ltda, 2002.

LAWN, Philip. (edited by). Sustainable development indicators in ecological economics. Cheltenham, UK – Northampton, MA, USA – Edward Elgar Publishing, 2006.

LOSANO, Mario G. (org.). Hans Kelsen e Umberto Compagnolo: Direito internacional e estado soberano. Tradução Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MCMANIS, Charles. (Edit. By). Biodiversity and law: intellectual property, biotechnology & traditional knowledge. UK and USA: Earthscan, 2007.

MINEAR, Larry, SMITH, Hazel. (Edited by). Humanitarian diplomacy: practitioners and their craft. Tokyo-New York-Paris: United Nations University Press, 2007.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Comércio & meio ambiente: uma agenda para a América Latina e Caribe. Brasília: MMA, 2002.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Educação e desenvolvimento na contemporaneidade: dilema ou desafio? 95-113 p. BURSZTYN, Marcel (org.). *Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século*. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2001.

NEWMAN, Edward. THAKUR, Ramesh. TIRMAN, John. Multilateralism under challenge? power, international order, and structural change. Tokyo-New York-Paris, United Nations University Press; 2006.

NORTH, Douglass C. Understanding the Process of Economic Change. Princeton: University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. 23<sup>a</sup>. ed. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 2006.

\_\_\_\_\_. Instituciones, cambio institucional y desempeño econômico. Trad. de Agustín Bárcena. 3<sup>a</sup>. ed. México: FCE, 2006.

OCDE, Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento. Manual de Oslo: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. Rio de Janeiro: FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, 1997.

OMPI. Resumen e introducción a la guía para la gestión de la propiedad intelectual en la catalogación de conocimientos tradicionales y recursos genéticos.

\_\_\_\_\_. Proyecto de guía sobre los aspectos de propiedad intelectual de los acuerdos de acceso y participación equitativa en los beneficios relativos a recursos genéticos. Estrato del documento WIPO/GRTK/IC/7/9.

PENROSE, Edith T. La economía del sistema internacional de patentes. México - Argentina - España: Siglo XXI Editores S/A., 1974.

PLATIAU, Ana Flávia Barros, VARELLA, Marcelo Dias (orgs.). Diversidade biológica e conhecimentos tradicionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

PNUMA. Protocolo de Cartagena sobre seguridad de la biotecnología del convenio sobre la diversidad biológica: textos y anexos. Canadá: UNEP/CBD, Octubre, 2000.

\_\_\_\_\_. Convenio sobre diversidad biológica: textos y anexos. Canadá: UNEP/CBD, Junio, 2001.

\_\_\_\_\_. Diretrizes de Bonn sobre acceso a los recursos genéticos y participación justa y equitativa en los beneficios provenientes de su utilización. Montreal-Canadá: PNUMA-CDB, 2002.



\_\_\_\_\_. La meta 2010 para diversidad biológica: marco para la aplicación.: decisiones de la séptima reunión de la Conferencia de las Partes en el Convenio sobre la Biodiversidad Biológica. Kuala Lumpur, Malasia: PNUMA-ONU, 9-20 y 27 de febrero, 2004.

REZEK, Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 11.a. ed., ver., e atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado: teoria e prática. 11.a. ed., ver., e atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

RUPESINGHE, Kumar, TISHKOV, Valery A. (Edited by). Ethnicity and power in the contemporary world. Tokyo- New York - Paris: United Nations University Press, 1996.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SAMPATH, Padmashee Gehl. Regulating bioprospecting: institutions for drug research, access and benefit-sharing. Tokyo - New York - Paris: United Nations University, 2005.

SANCHEZ, Vicente. JUMA, Calestous (Editors). Biodiplomacy: genetic resources and international relations. Nairobi-Kenya: African Center for Technology Studies, 1994.

BOAVENTURA, de Souza Santos. A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência: para um novo senso comum - a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. V. 1. 2ª. edição. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

\_\_\_\_\_ (org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_ (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_ (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos caminhos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_ (org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *A gramática do tempo para uma nova cultura política: para um novo senso comum - a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. V. 4. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. MENESES, Maria Paula de. NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. 21-101 p. SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos caminhos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAYAGO, Doris. BURSTYN, Marcel. A tradição da ciência e a ciência da tradição: relações entre valor, conhecimento e ambiente. 89-109 p. [GARAY, Irene](#), [BECKER, Berta K.](#) *Dimensões humanas da biodiversidade*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2006.

SCHOLZE, Simone Henrique Cossetin. *Patentes, transgênicos e clonagem: implicações jurídicas e bioéticas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Tradução: Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEITENFUS, Ricardo (org.). *Legislação internacional*. Barueri-SP: Manole Edições Jurídicas, 2004.

\_\_\_\_\_. *Manual das organizações internacionais*. 5.ª Ed., rev., atual., e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SEN, Amartya. Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation. New York – USA: Oxford University Press, 1982.

\_\_\_\_\_. Choice welfare and measurement. Cambridge – Massachusetts – USA – London – England: Harvard University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENARCLENS, Pierre de. KAZANCIGIL, Ali. (edited). Regulation globalization: critical approaches to global governance. India: United Nations University, 2007.

SICHEL, Ricardo. O direito europeu de patentes e outros estudos de propriedade industrial. Coleção Propriedade Intelectual, organizador Denis Borges Barbosa. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2004.

SIDHU, Gretchen. Intergovernmental negotiations and decision making at the United Nations: a guide. 2nd. New York and Geneva: United Nations-UM Non-Governmental Liaison Service (NGLS), 2007.

SILVEIRA, Newton. Propriedade intelectual: propriedade industrial, direitos de autor, software, cultivares. 3ª ed. ver. e ampl. Barueri: Manole, 2005.

SIMON, Françoise, KOTLER, Philip. A construção de biomarcas globais: levando a biotecnologia ao mercado. Trad. Bazán Tecnologia e Lingüística. Porto Alegre: Bookman, 2004.

SHIVA, Vandana. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Tradução: Laura Cardellini. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

STIDSEN, Sille. (comp. And ed.). The indigenous world 2007. Copenhagen-Denmark: International Work Group for Indigenous Affairs – IWGIA, 2007.

SOARES, Guido Fernando Silva. Curso de direito internacional público. v. 1. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_. A proteção internacional do meio ambiente. V. 2. Barueri-SP: Manole, 2003.

TANSEY, Geoff. RAJOTTE, Tasmin. (edited). The future control of food: a guide to international negotiations and rules on intellectual property, biodiversity and food security. London-Sterling-VA: Earthscan-QIAP-IDRC, 2008.

UNEP. Achieving the 2010 biodiversity target: decisions from the Eighth meeting of the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity and Report of High-Level Segment. Curitiba, Brazil: UNEP-CBD, 20-31, March, 2006.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003. MIS/2003/CLT/CH/14.

\_\_\_\_\_. Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto legislativo 485/2006. BR/2007/PI/H/1.

UNITED NATIONS. Intergovernmental negotiations and decision making at the United Nations: a guide. 2ª Updat Edition. New Yorkand Geneva: United Nations – Non-Governmental Liaison Service (NGLS), 2007.

VARELLA, Marcelo Dias. Propriedade intelectual de setores emergentes: biotecnologia, fármacos e informática. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

\_\_\_\_\_. Direito internacional econômico ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

VENTER, J. Graig. Uma vida decodificada: o homem que decodificou o DNA. Tradução: Ana Gibson. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

WIPO – World Intellectual Property Organization. Technical study on disclosure requirements in patents systems related to genetic resources and traditional knowledge. Study No. 3. The Technical Study was made available to the seventh meeting of the COP in Kuala Lumpur, Malaysia, from February 9 to 20, 2004, as document UNEP/CBD/COP/7/INF/17.

\_\_\_\_\_. Intellectual property and traditional culture expressions/folclore. Booklet nº. 1. Geneva-Switzerland, 2004.

\_\_\_\_\_. Intellectual property and traditional knowledge. Booklet nº. 2. Geneva-Switzerland, 2005.

\_\_\_\_\_. A stronger voice: for indigenoous and local communities in WIPO's work on traditional knowledge, traditional cultural expressions and genetic resources: the WIPO voluntary fund. Booklet nº. 3. Geneva-Switzerland, 2007.

ZYLBERSZTAJN, Décio, SZTAJN, Raquel (orgs.). Direito & economia: uma análise econômica do direito e das organizações. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2005.

